

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 010/003
DE 09-05-2003**

ACTA N.º 010/2003

Data da reunião ordinária: 09-05-2003

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 19,15 horas

Términus da reunião: 21,50 horas

Resumo diário da Tesouraria: 09/05/20031.388.306,09 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vereadores: Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Ramiro José Jerónimo de Matos

José Marcelino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **dezanove horas e quinze minutos**, destacando a presença do senhor Vereador Ramiro Matos em substituição do senhor Vereador Soares Cruz nos termos do número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. A seguir deu conhecimento de uma reunião que manteve com o Clube de Santarém, a propósito do **TEATRO ROSA DAMASCENO**.-----

--- Na sequência desta reunião irá apresentar uma proposta ao Clube de Santarém no sentido da Câmara adquirir o Teatro Rosa Damasceno em regime de direito de superfície.-----

--- Referiu que a Comissão de Avaliação havia atribuído o valor de seiscentos e dezanove mil oitocentos e quarenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos ao Teatro Rosa Damasceno para aquisição em regime de propriedade plena. Seguindo a mesma metodologia, solicitou a avaliação daquele teatro para aquisição em regime de direito de superfície, tendo a Comissão atribuído um valor global para cinquenta anos, de trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e dois euros.-----

--- Acrescentou que a proposta a apresentar prevê um pagamento inicial de cerca de cem mil euros e o restante repartido por cinco anos, ficando a Câmara com a responsabilidade de proceder à sua recuperação e encontrar os meios financeiros para o efeito.-----

--- Assim, apesar deste assunto não poder ser apreciado na presente reunião por não constar da ordem de trabalhos e esta reunião ser extraordinária, solicitou ao Executivo Municipal, designadamente aos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata e da CDU - Coligação Democrática Unitária que manifestassem a sua opinião sobre a proposta que pretende apresentar.-----

--- O senhor **Vereador José Andrade** manifestou a sua concordância com a proposta do senhor Presidente, lembrando que em anterior reunião havia sugerido esta forma de negociação por considerar que, por um lado, a Câmara poderá beneficiar de fundos

comunitários e, por outro, o Clube de Santarém preserva o seu património. -----

--- Aludiu também à sugestão que já havia feito anteriormente no sentido de que o projecto de remodelação do teatro seja mais ambicioso e inclua o edifício onde se encontra o Departamento de Assuntos Culturais e Sociais. -----

--- Acrescentou que também se poderia incluir na negociação a possibilidade do projecto de remodelação poder integrar um espaço para a sede daquele clube. -----

--- Considerou que a solução hoje apresentada pelo senhor Presidente poderá dignificar a Câmara Municipal de Santarém. -----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** considerou extremamente importante a preservação daquele edifício. Em seu entender não faz sentido pensar no Rosa Damasceno sem pensar imediatamente na sua recuperação, pois como está não dignifica a Cidade e a cultura não fica beneficiada. -----

--- Manifestou a sua concordância com a proposta do senhor Presidente porque representa a possibilidade de transformar aquele espaço numa casa de espectáculos. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE DOIS MIL E DOIS – RATIFICAÇÃO** - Pela **Divisão Financeira** foram presentes as seguintes propostas de modificação, nos termos dos pontos oito.três.um.dois e oito.três.dois, respectivamente, em cada um dos pontos seguintes, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro: -----

--- **Um** - No **Orçamento** – número sete (NA RECEITA), que totalizou, nos **REFORÇOS**, a importância de seiscentos e dezasseis mil cento e sessenta e três euros;

--- número sete (NA DESPESA), que totalizou, nos **REFORÇOS**, a importância de um milhão quatrocentos e sete mil trezentos e noventa e três euros, e nas **ANULAÇÕES**, a importância de setecentos e noventa e um mil duzentos e trinta euros. -----

--- No **Plano Plurianual de Investimentos** – número sete, a dotação total, nas Funções Sociais, Funções Económicas e em Outras Funções importa no valor global de seis

milhões trezentos mil e oitenta e cinco euros, financiamento que ficará definido. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor Presidente submeteu a votação os documentos apresentados, que ficam como anexos à presente acta (Documentos I e II), tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, ratificar os despachos do senhor Presidente de seis do corrente mês, aprovando as modificações propostas, nos termos do disposto no número três, do artigo sessenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto a senhora Vereadora Luísa Mesquita. -----

--- **RELATÓRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** – Na sequência da convocatória efectuada pelo senhor Presidente, na reunião do Executivo Municipal, realizada no passado dia cinco do corrente mês, no sentido de serem reapreciados os documentos em epígrafe, os mesmos foram de novo presentes, devidamente corrigidos. -----

--- Sobre o assunto o **senhor Presidente**, mais uma vez realçou o enorme esforço que as novas regras obrigaram os respectivos serviços a desenvolver. -----

--- Sublinhou que nas contas de dois mil e dois se verifica uma quebra significativa da receita total, relativamente aos anos de dois mil e dois mil e um e, obviamente, a despesa também teve que ser reduzida. Verificou-se uma redução da receita total de onze por cento e da despesa de quinze por cento. Apesar da difícil conjuntura, houve uma poupança corrente superior aos anos de dois mil e de dois mil e um. -----

--- Referiu que em trinta e um de Dezembro de dois mil e um as dívidas a instituições de crédito e a terceiros eram inferiores, todavia é preciso não esquecer que a dívida à banca aumentou com os empréstimos contraídos e aprovados por unanimidade pelo Executivo.

--- As despesas com pessoal estão devidamente enquadradas na legislação em vigor, todavia, em seu entender, é necessário introduzir algumas reformas que permitam suster mais a despesa. -----

--- Relativamente às taxas de execução frisou que a execução da receita total atingiu cinquenta e seis por cento e a despesa cinquenta e cinco por cento.-----

--- Ao nível das actividades mais relevantes verificou-se uma taxa de execução de setenta e oito vírgula dezoito por cento e ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, trinta e cinco vírgula três por cento.-----

--- Salientou o grande esforço que terá que ser desenvolvido em dois mil e três e que, embora difícil, é possível se se considerar o valor global das adjudicações feitas em dois mil e dois e as candidaturas já aprovadas. Em seu entender será um ano com melhorias significativas na concretização de investimentos no Concelho de Santarém. Acrescentou que a eventual perda de capacidade de endividamento tem a ver com a alteração de regras que entraram em vigor com o orçamento do Estado.-----

--- Interveio a seguir o senhor **Vereador Ramiro Matos** que levantou a questão da validade e legalidade de se deliberar novamente sobre este assunto, tendo o **senhor Presidente** esclarecido que os documentos hoje em apreciação foram objecto de correcções sugeridas pelo Executivo na reunião de vinte e um do mês findo e, obviamente, a deliberação que hoje se tomar irá revogar a que foi tomada na referida reunião.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** disse que em sua opinião, o objectivo do Executivo é ter contas correctas e que traduzam fielmente a situação financeira da Câmara. Nesse sentido, propôs que os documentos sejam corrigidos e apreciados noutra reunião, tendo o **senhor Presidente** sublinhado que todas as questões passíveis de serem corrigidas o haviam sido.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** disse verificar que algumas das questões que havia levantado não tinham sido resolvidas, designadamente no que se refere à questão dos subsídios para investimento que não estão devidamente contabilizados e que constituem valores relevantes.-----

--- Considerou que as despesas correntes não baixaram face ao diferencial de valores que se verifica nos documentos apresentados, que enumerou.-----

--- Reconheceu, todavia que algumas questões que estavam incorrectas foram corrigidas.

--- Discordou do aumento de pessoal verificado porque, em seu entender, se devia ter aproveitado o facto de alguns funcionários se terem aposentado para reduzir os custos e o que se verifica é que o peso do pessoal nas despesas era de vinte e dois por cento em dois mil e, neste momento, é de vinte e oito por cento. -----

--- Chamou também a atenção para a elevada taxa de absentismo em termos de pessoal operário. -----

--- Constatou que a entrada de pessoal se tem verificado sobretudo nos últimos anos da gestão socialista. -----

--- O **senhor Presidente** frisou que tem sido nos últimos anos que a transferência de atribuições e competências da Administração Central para a Administração Local tem aumentado, salientando a este propósito o Sector da Educação. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vereador José Marcelino** que disse manter na íntegra o que havia dito na reunião de vinte e um do mês findo, sobre este assunto. Estes documentos são o resultado quantificado da actividade no ano de dois mil e dois que poderia ter sido melhor. -----

--- Reconheceu o esforço desenvolvido pelos serviços no sentido de resolver junto da empresa de informática algumas anomalias detectadas aquando da feitura dos documentos.-----

--- Em seu entender a qualidade de gestão tem que ser alterada. Há um conjunto de decisões no âmbito das despesas que com maior controle e rigor pode e deve melhorar o desempenho financeiro da Autarquia. Disse esperar que no próximo relatório venha reflectido um conjunto de medidas, de atitudes que permitam uma alteração qualitativa da gestão da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Seguidamente, a pedido do senhor Presidente, a Chefe da Repartição de Contabilidade prestou alguns esclarecimentos. -----

--- O senhor **Vereador Ramiro Matos** voltou a sublinhar o facto da Câmara estar a deliberar sobre uma deliberação válida, anterior. Em seu entender o Executivo está a deliberar sobre a mesma situação, todavia quando se obtiver uma outra deliberação, essa deliberação revogará a anterior. Considerou que as formalidades não foram totalmente cumpridas.-----

--- Foi de opinião que qualquer acto que esta Câmara pratique é sempre um acto político e, deste ponto de vista, os níveis de execução orçamental e de actividades demonstram que o Executivo Socialista não tem capacidade de planeamento e de execução. -----

--- A este propósito deu alguns exemplos concretos relativamente à taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos. -----

--- A concluir afirmou que, do ponto de vista político, nunca poderia aprovar um balanço que representa, em seu entender, uma má gestão ao nível da execução de obras do Plano Plurianual de Investimentos e uma má gestão na área do Pessoal que leva uma percentagem muito elevada de despesas correntes. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que a sua visão de gestão é bastante diferente e não passa por medidas que penalizem os funcionários.-----

--- Sublinhou que o Poder Local substitui muitas vezes a Administração Central o que obriga a aumentar as despesas sem que tal tenha a ver com a questão do pessoal.-----

--- Acrescentou que muitas deliberações foram tomadas por unanimidade e se o PSD - Partido Social Democrata é contra o aumento das despesas correntes, nomeadamente, no que se refere aos empréstimos e à atribuição de subsídios a diversas entidades, devia votar contra.-----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** disse querer continuar a viver num país onde as pessoas sejam importantes. Considerou fundamental que não se sobreponha a rigidez dos números às questões que mexem com a vida das pessoas. -----

--- Interveio a seguir, a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** que recordou que a reunião de hoje foi decidida no passado dia cinco de Maio e, no seu entender, a partir do

momento em que o Executivo aceitou a realização desta reunião com esta ordem de trabalhos, assumiu que a deliberação tomada anteriormente era tacitamente revogada. ---

--- Relativamente aos documentos em apreciação considerou que são as questões de natureza política que determinam o voto dos políticos num órgão desta natureza. -----

--- Entendeu que a responsabilidade de um documento desta natureza cabe aos políticos e não aos funcionários e, por isso, a CDU - Coligação Democrática Unitária não considera que o seu voto é determinado pela maior ou menor qualidade do documento enquanto documento técnico. A sua posição, prosseguiu, é uma posição de cariz político perante um documento que traduz a gestão e a planificação do exercício político desta Câmara.-----

--- Continuou, referindo que os trabalhadores da Administração Pública em geral e os da Administração Local em particular são mal pagos e os Governos pós o vinte e cinco de Abril pouco ou nada fizeram para melhorar os quadros técnicos nas autarquias. Por outro lado, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais que este ano, mais uma vez, não foi cumprida, impede a concretização, designadamente, no âmbito dos investimentos, das expectativas das populações. -----

--- Criticou o facto do Governo transferir competências para a Administração Local sem as contrapartidas financeiras porque desta forma o Poder Local não as poderá resolver. -

--- Em seu entender enquanto não forem tomadas opções de política de gestão diferentes não haverá reflexos na satisfação das necessidades das populações. -----

--- Independentemente das dívidas, esta Câmara não deve deixar de investir e dentro das suas possibilidades continuar a responder às necessidades básicas do concelho, porque acima de tudo estão os interesses do Concelho e das populações. -----

--- A concluir perguntou qual a justificação para o decréscimo de fundos comunitários de dois mil e um para dois mil e dois, numa quebra de trinta e seis por cento para dezassete por cento.-----

--- O **senhor Presidente** referiu terem-se verificado problemas nas homologações das candidaturas que foram tardias, pelo que a previsão em termos de receitas comunitárias

vai ter resultados práticos em dois mil e três. Também se verificou a apresentação de candidaturas em dois mil e dois, cujos resultados só se verão em dois mil e três. -----

--- Interveio novamente a senhora **Vereadora Hélia Félix** referindo não ser contra o endividamento em si. O que considera grave é que a Câmara tenha um nível de endividamento elevado e não tenha proporcionado aos munícipes aquilo a que eles tinham direito. -----

--- Disse concordar com o endividamento para investimento e não para que se tenham taxas de execução tão baixas como as que aconteceram em dois mil e dois. -----

--- Considerou importante que haja recursos financeiros para dar resposta a necessidades básicas e essenciais do Concelho e que ainda não estão resolvidas. -----

--- Disse defender outra forma de gerir não se devendo gastar no que não é essencial. ---

--- Considerou que para fazer uma avaliação política necessita de ter um documento correcto e que esteja justificado. -----

--- Teceu ainda algumas considerações relacionadas com o aumento da dívida, entendendo que os documentos apresentados não estão convenientemente explícitos no que se refere ao respectivo montante. -----

--- Interveio também o senhor **Vereador Joaquim Neto** referindo que o aumento do endividamento reflecte os empréstimos contraídos e que estão a ser utilizados. A este propósito lembrou a visita hoje efectuada a diferentes obras em curso, aludindo designadamente às que estão a decorrer no Largo do Seminário, Teatro Sá da Bandeira, Saneamento da Ribeira, Interceptor de Runes, Canil Municipal, pavimentação da Estrada Municipal quinhentos e oitenta e quatro, na Romeira, bem como, pavimentações de diversas estradas nas freguesias do Arneiro das Milhariças, Azoia de Cima, Tremês, Abitureiras e Várzea. -----

--- Disse não renegar a gestão do PS - Partido Socialista nos últimos anos, que teve erros mas também teve virtudes que se reflectem em melhorias no Concelho. Em seu entender a execução foi baixa tendo em conta as expectativas. -----

--- Interveio a seguir a senhora **Vereadora Idália Moniz** salientando o trabalho desenvolvido no âmbito da Acção Social, Cultura e Educação, sublinhando que a Autarquia se depara cada vez mais com problemas sociais que tem que resolver porque são problemas humanos. -----

--- O senhor **Vereador José Andrade** afirmou que gerir politicamente é uma grande responsabilidade e estar ao serviço da Administração Pública também é uma grande responsabilidade, não se devendo sobrepor aos interesses de cada um perante o que é importante que é o interesse colectivo. -----

--- Considerou que devia haver uma outra atitude de gestão, mais correcta, perante as dificuldades e exigências cada vez maiores. -----

--- A seguir a pedido do **senhor Presidente** os serviços prestaram os esclarecimentos solicitados pelos senhores Vereadores. -----

--- Após mais alguma troca de impressões, o senhor Presidente submeteu a votação o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Santarém, do ano de dois mil e dois, tendo o mesmo sido reprovado, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata e da CDU - Coligação Democrática Unitária e favoráveis do senhor Presidente e Vereadores do PS - Partido Socialista. -----

--- Mais foi deliberado, remeter os documentos à Assembleia Municipal de Santarém para efeitos de apreciação. -----

--- Os documentos em apreço ficam anexos à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** apresentou a seguinte declaração de voto: “Lamento profundamente que não tenham sido dados os esclarecimentos que solicitei na medida em que solicitei e coloquei umas questões e foram-me respondidas questões completamente diferentes. -----

--- Quando referi a questão que se tinha aqui dito que as contas estavam tecnicamente correctas não me referi a afirmações dos funcionários referi que era uma empresa e foi novamente aqui dito nesta reunião que se referiu a uma empresa. -----

ACTA N.º 010/003
Reunião de 09 de Maio de 2003

--- Quando coloquei questões técnicas para serem esclarecidas eu sei perfeitamente o que são pagamentos, o que são transferências e não foram essas as questões que coloquei. Foram questões completamente diferentes e lamento profundamente que o senhor Presidente não tenha dado oportunidade a que fossem esclarecidas essas questões.” -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia dezanove de Maio, com início às quinze horas. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte e uma horas cinquenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.-----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- _____

----- **OS VEREADORES** -----

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA N.º 010/003
Reunião de 09 de Maio de 2003

264
